

Deputada questiona Petrobras sobre destino dos funcionários de sede em Santos

Rosana Valle solicita uma reunião virtual para que possa esclarecer todas essas incertezas, "que tem deixado em sofrimento um grande contingente de pessoas que vivem esse drama do desemprego"



Por ATribuna.com.br
04.06.20 10h49



Sindicato estima perda de 20% da mão de obra alocada na torre da Petrobras, no Valongo (Alberto Marques/Arquivo/AT)

Em meio aos planos de a Petrobras centralizar suas atividades no Rio de Janeiro, o que provocará mais desemprego na Baixada Santista, a deputada federal Rosana Valle (PSB) demonstra preocupação com a possível perda de postos de trabalho na região. A parlamentar enviou um ofício ao presidente da estatal, Roberto Castello Branco, manifestando apoio aos funcionários diretos e terceirizados, que trabalham no prédio administrativo da Petrobras no Valongo, em Santos.

A manifestação ocorre após a empresa ter informado que os 937 trabalhadores empregados em regime especial que atuam em sete plataformas de exploração e produção de petróleo e gás natural ligadas à Unidade de Negócios da Bacia de Santos serão transferidos ao Rio de Janeiro. Essa medida é válida desde segunda-feira (1º).

"As notícias que recebemos dão conta que a Petrobras pode vir a desativar esse edifício administrativo, com perda de cerca de 1.000 postos de trabalho, afetando o comércio, prestadores de serviço e o projeto de revitalização do Bairro do Valongo", diz Rosana Valle.

Caso os números sejam confirmados, a redução será de cerca de 20% dos empregados que atuam na unidade da estatal na Baixada Santista. Desde abril de 2018, os voos deixaram de partir do Aeroporto de Itanhaém e foram transferidos para o de Jacarepaguá (RJ). Atualmente, a estatal oferece o traslado de Santos até o aeródromo fluminense e vice-versa, mas isso acabará e o grupo vai custear do próprio bolso esses deslocamentos.

Para a deputada, o impacto na região com uma medida dessas seria desastroso para todas as famílias que dependem desses trabalhadores de forma direta ou indireta. O sinal de alerta ocorre, justamente, no momento em que grandes empresas fazem esforços "para amenizar a situação caótica causada pelos efeitos da pandemia, com doações, auxílios extras e outros gestos de parcerias solidárias, principalmente para manter os postos de trabalho".

Diante desta preocupação, veiculada pelo **Jornal A Tribuna e ATribuna.com.br**, a deputada perguntou, via ofício, à Petrobras quantos são os trabalhadores diretos e os indiretos, das empresas terceirizadas, que ocupam o prédio administrativo do Valongo, em Santos.

Questionou ainda se existe algum planejamento para o fechamento deste prédio administrativo da Petrobras. E, finalmente, solicita uma reunião virtual para que possa esclarecer todas essas incertezas, "que tem deixado em sofrimento um grande contingente de pessoas que vivem esse drama do desemprego".

Efeito dominó

Segundo o Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista (Sindipetro-LP), a tendência é que, gradualmente, esses petroleiros venham a deixar a região, impactando diretamente na economia local.

"Falamos do fechamento de outros 600 a mil postos de trabalho. Isso sem contar o colapso que vai causar na região por causa dos restaurantes e outros negócios criados em torno do Edisa (edifício administrativo da Petrobras, no Valongo), onde hoje trabalham cerca de 2.500 pessoas", justifica o coordenador de Imprensa Sindipetro-LP, Fábio Mello.

Ele teme que o esvaziamento gradual das atividades da torre da Petrobras possa ocasionar, em um futuro próximo, o encerramento das atividades no local, como ocorreu no ano passado com o tradicional prédio da empresa localizado na Avenida Paulista, na Capital. O sindicalista citou que, em 2019, houve uma transferência de Santos para o Rio de Janeiro de parte de profissionais ligados à área de exploração e produção, como geólogos e engenheiros.

No início, a empresa pretendia erguer três torres no Valongo, mas apenas uma saiu do papel. Em entrevista para A Tribuna em fevereiro do ano passado, o gerente-geral da Petrobras na Bacia de Santos, João Ricardo Lafraia, explicou que não havia a previsão no plano de negócio para erguer os outros prédios.

Outro lado

A Gerência de Imprensa da Comunicação Institucional da empresa confirmou, em nota, que a partir do próximo dia 1º fará um ajuste administrativo na lotação dos empregados que atuam nas plataformas da Unidade de Negócios da Bacia de Santos.

"Desse grupo, cerca de 80% não moram na Baixada Santista. Com o ajuste, a Petrobras não arcará mais com os custos de deslocamento (até Jacarepaguá)". A companhia não se manifestou sobre os questionamentos feitos por A Tribuna sobre a transferência de outros funcionários que atuam no prédio administrativo de Santos e um possível esvaziamento das atividades na Baixada Santista.



Receba no seu e-mail as principais notícias do dia.

e-mail OK